

**LUTA CAMPONESA E MOVIMENTO SOCIAL NA REGIÃO
MÉDIO MEARIM: conflitos e conquistas na Comunidade de Ludovico, Lago do
Junco (MA)**

LIMA, Francisca Gárdina dos Santos¹

MIRANDA, Ana Cleuma da Conceição²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo abordar a situação agrária na região do Médio Mearim, especificamente na comunidade Ludovico, Lago do Junco (MA), através de um resgate histórico feito por meio de entrevista a uma mulher daquela comunidade que vivenciou durante anos junto a outras companheiras as angústias trazidas pelos conflitos agrários da região. A mesma faz uma abordagem desde o final dos anos 1980 aos dias atuais, dando ênfase à educação adquirida durante a caminhada, destacando também as formas de resistência, enfrentamento, lutas e conquistas das quebradeiras de coco babaçu; e defendendo a necessidade da organização de lideranças, a inclusão de gênero para fortalecer as lutas sindicais e a criação de associações e cooperativas no campo. Outro ponto ressaltado refere-se à conquista da terra para trabalhar e educar seus filhos sem precisar sair do campo, o livre acesso aos babaçuais, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável por meio do agroextrativismo, de uma comercialização justa e solidária onde todas e todos fossem iguais.

Palavras-Chave: Conflitos agrários, agroextrativismo, trabalho cooperado

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto da pesquisa proposta pela disciplina Economia Agrária e Recursos Naturais para o Tempo Comunidade do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO/ IFMA). Nesta, buscou-se analisar a questão agrária no Maranhão a partir do resgate do processo histórico que envolveu a má distribuição de terras e renda na comunidade Ludovico, Lago do Junco (MA), do período que abrangeu a década de 1980 até hoje.

Neste trabalho serão analisadas as lutas camponesas, movimentos sociais e a situação agrária, envolvendo as quebradeiras de coco da comunidade de Ludovico,

Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias, no Instituto Federal do Maranhão - IFMA/ Campus Maracanã. E-mail: gardina_lima@hotmail.com

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias, no Instituto Federal do Maranhão - IFMA/ Campus Maracanã. E-mail: anna_cleuma@hotmail.com

município de Lago do Junco, constituindo assim o processo histórico de dominação, enfrentamentos, resistência, conflitos, lutas e conquistas pelo território e ao livre acesso aos babaquais, tendo liberdade para o extrativismo da palmeira de babaçu.

O trabalho está embasado numa entrevista feita a uma moradora que reside na comunidade há muito tempo, incluindo questões relacionadas à sua atuação no processo de conquista da terra, destacando o processo inicial de luta e os obstáculos encontrados, a organização camponesa, a relação econômica existente na época, a inserção da comunidade nos movimentos sociais e sua participação nestes.

A entrevistada fala também sobre a relação entre a educação e o contexto dos embates. Aborda o número de escolas, as modalidades de ensino, as condições de infraestrutura destas, o significado do trabalho docente, dando sua opinião acerca da importância de ter uma escola na própria comunidade.

Relata, ainda, as suas concepções políticas a respeito do que é o campo, sua visão de como é a vida e o trabalho de um homem e de uma mulher do campo. Enfatiza a intensidade do êxodo rural principalmente de jovens dentro da comunidade e seus impactos, destacando sua opinião a respeito do fato de, no Brasil e Maranhão, um pequeno grupo deter a posse da maioria das terras enquanto a maioria não possui um “pedaço de chão” para produzir e sustentar sua família. Deixa claro, portanto, a sua visão sobre a reforma agrária, enfatizando a realidade agrária da comunidade na qual reside.

Tal pesquisa faz-se importante por expor a concepção de mundo e sociedade dos sujeitos que construíram o processo de luta pela terra no Maranhão. Pretende constituir-se como forma de registro de memória de uma história que aparentemente ficou no passado, mas que permanece no quadro atual de acirramentos de tensões e conflitos nas áreas camponesas nas variadas partes do Maranhão, principalmente, com o avanço do agronegócio e dos grandes projetos de ampliação do capital.

2 Questão Agrária na Região do Médio Mearim: aspectos sóciohistóricos dos conflitos

Desde a Colonização até os dias atuais, a terra sempre foi alvo de disputas para aquisição de posses. Para uma maioria (camponeses), a terra tem significado de garantia de vida no campo, com a produção de seus alimentos para sua subsistência, e para minoria (latifundiários) tem um significado apenas de acumulação de posses e poder no quadro das relações sociais de produção capitalista, fortalecendo a aglomeração de

terras. Romper com o latifúndio está atrelado ao rompimento da estrutura desigual engendrada pela sociabilidade do capital.

A questão agrária e as lutas camponesas têm sua historicidade marcada por um sistema dominante, fortalecendo os interesses pessoais, financeiros e políticos de grandes latifundiários, que exploram, escravizam, ameaçam e matam aqueles e aquelas que ousam lutar contra seus privilégios, contribuindo com a negação de direitos dos trabalhadores (as), com a perseguição e com práticas violentas que não raro, chegam à tortura e ao assassinato, em especial de lideranças.

A complexidade das relações envolvendo diferentes agentes sociais interessados na terra, no estado do Maranhão, deve ser entendida a partir da historicidade da ocupação de terras. Essa ocupação constituiu-se por camponeses advindos de outros Estados, que eram expropriados de suas áreas de origem, em consequência da seca e das condições desfavoráveis de sobrevivência, sendo obrigados a viver uma realidade social contrária, como a concentração fundiária. Para Marx (1984, p.280) “[...] a expropriação do povo do campo cria, diretamente, apenas grandes proprietários fundiários”.

No Estado do Maranhão, na região do Médio Mearim, região ocupada desde o início do século por descendentes de nordestinos que aprenderam a “desbravar matas” e a sobreviver por meio de uma economia de base familiar, foi marcada por fortes conflitos, principalmente na década de 1980, tendo como foco de resistência centenas de famílias camponesas que lutaram, e lutam pelo livre acesso aos babaçuais e contra a concentração de terras. A redução brusca do número de terras disponível à agricultura camponesa e ao extrativismo fez surgir, além de um confronto direto com vaqueiros, capangas, milícias privadas a serviço daqueles proprietários e policiais, outras formas de relações econômicas, além de situações conflitantes no momento das práticas extrativistas.

2.1 Comunidade de Ludovico: caracterização sóciohistórica da luta dos sujeitos

A moradora Maria Alaíde Alves de Sousa que reside em Ludovico, Município Lago do Junco (MA), há mais de 40 anos faz relato, em entrevista, da situação de conflito em alguns povoados, inclusive naquela comunidade. Revela que desde criança sentia-se inquieta com a realidade hierarquizada por duas famílias que de certa forma tinham domínio sobre a comunidade através da posse de terras e do comércio. Nesse

contexto, outras mulheres também se sentiam incomodadas com a situação, e mesmo muitas vezes sendo ameaçadas, não se acomodaram, desenvolvendo uma mobilização e organização entre elas criando assim um clube de mães, onde discutiam sobre o livre arbítrio para trabalhar na terra e o acesso ao extrativismo do babaçu.

Segundo ela, para produzirem o alimento para o sustento, as famílias tornavam-se arrendatários dos proprietários que tinham a posse de terra, onde grande parte de suas produções era repassada como pagamento aos donos da terra. As relações econômicas existentes eram de desigualdade e poder. Sobre isto, relata que:

Havia o patrão, o dono das terras, do comercio, o que tinha total poder econômico sobre a comunidade. Havia concentração de riquezas nas mãos de poucos e quase nada nas mãos dos agregados, não tinha escola para os agregados, a única fonte de renda existente era o babaçu e esse não tinha preço a gente quebrava 10 kg de cocos para comprar 1kg de arroz (Maria Alaíde).

Diante deste quadro contraditório, a luta pela conquista da terra iniciou-se com a organização das mulheres em um clube de mães. Entretanto desencadeou uma questão de gênero envolvendo homens e mulheres lutando pela mesma causa, a partir de então acelerou os conflitos entre os trabalhadores e trabalhadoras versus milícias, pistoleiros e outros e também de forma indireta o Estado. Para Andrade (1997, p.91) essa luta desigual é consentida pelo Estado [...]. Omite-se quando a parte mais fraca é a vítima e age quando esta resiste. As lutas camponesas ganharam o apoio da Igreja por meio de capacitações, formações e conscientização política das quebradeiras de coco babaçu através dos clubes de mães, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e clubes de jovens, animados pela Igreja Católica, e instituições vinculadas a ela. Nessa perspectiva (GONÇALO, 2001 p.81-83) enfatiza que:

O envolvimento do sacerdote com a realidade dos trabalhadores e o surgimento das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) como lugar de reflexão modificaram as relações políticas em diversas localidades [...] As CEB's são transformadas em "espaços de liberdade", no sentido de que ali se pode falar, ouvir e pensar. Dessa maneira, através da ampliação desse processo pedagógico, em que os sujeitos refletem a partir de suas histórias, também se começou a articular as ações de resistência contra as injustiças.

Diante do que viviam na década de 80, os grupos já organizados foram se consolidando ainda mais, tendo em vista que os conflitos agrários estavam ocorrendo

em muitas comunidades, ou seja, naquele momento muitos tinham sofrido na pele a humilhação de dormir longe de suas casas com suas famílias, de ver suas casas serem destruídas por pistoleiros. Era um momento de dor que muitas comunidades de Lago do Junco viviam. A partir de então foram surgindo algumas organizações e outras foram fortalecidas, como os sindicatos. Os sujeitos foram se inserindo em associações e organizações não governamentais, tendo em vista que muitas comunidades vizinhas compartilhavam das mesmas vontades de criarem uma organização onde todos fossem donos, que não houvesse patrão nem empregado, onde os lucros fossem divididos entre eles e elas. Germinava, assim, o anseio por uma coletivização organizada das demandas.

Nesse panorama surgem lideranças que se mobilizam e movimentam-se, levando enfrente a criação de cooperativas e associações, como a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Lago do Junco (AMTR), a Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA), a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPAESP). Tais entidades objetivavam apoiar e valorizar a produção na agricultura e no agroextrativismo familiar, no sentido de fortalecer as mudanças econômicas das comunidades.

Quanto à infraestrutura, Ludovico dispõe de dois colégios, um atendendo ao Ensino Fundamental e outro ao Ensino Médio, uma quadra poliesportiva, uma fábrica de sabonetes, um campo de futebol, um posto de saúde, uma Igreja Católica, uma cantina³ (onde há a troca das amêndoas por mercadorias tanto para sócios quanto para não sócios da COOPALJ). Para lecionar nessas escolas há sete professores filhos da comunidade. No desenvolvimento educacional de toda a comunidade, segundo a entrevistada, é fundamental uma estrutura escolar que ofereça condições para um bom desempenho no processo ensino aprendizagem e que a mesma tenha vínculos com a realidade dos sujeitos envolvidos no processo. Para ela,

É de grande relevância para a comunidade contar com pessoas que residem na mesma para lecionar, em analogia com as décadas passadas, quando a educação em Ludovico era para poucos. Atualmente pode destacar esse fator. (Maria Alaíde).

³Cantina é o nome dado pelos sócios da Cooperativa agroextrativista de Lago do Junco a pequenos comércios que essa mantém nos povoados. É de onde as famílias vendem sua produção (amêndoa de babaçu e farinha principalmente) e compram diversas mercadorias.

A entrevistada relaciona, portanto, o acesso à educação como direito com o fortalecimento do campo como espaço de vida e produção. Resgata, assim, a tríade necessária ao entendimento da realidade camponesa do ponto de vista da educação, qual seja: Campo, Políticas Públicas e Educação (CALDART, 2009).

3 CAMPO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: a leitura de mundo de uma camponesa

Para alguns autores o campo é apenas uma extensão de terras, um lugar marcado pelo atraso, porém para outros o campo é um espaço de vida e resistência dos camponeses que lutam pelo acesso e permanência na terra, construindo sua produção material e simbólica e valorizando sua cultura e identidade. Em seu depoimento sobre sua concepção de campo e sobre as políticas públicas para o homem e a mulher do campo, Dona Maria Alaíde relata a importância da formação identitária através da construção do sentimento de pertencimento ao lugar social, histórico e cultural do camponês. Ser camponês passa a ganhar, segundo ela, um sentido político de entendimento do campo como território político e simbólico. Isto fica exposto na citação seguinte onde descreve o seu processo de mudança de leitura de mundo.

Quando eu era mais nova, eu não me atentava muito para compreender que educação rural era o povo rural, a trabalhadora rural, o homem rural... ai vai vindo vem vindo a gente começa a incorporar que o campo é um lugar mais amplo onde nele a gente pode tá conservando os conceitos, as culturas, respeitando o sentimento de pertence. Que ali eu pertence e aquilo me pertence, que ali eu cresci ali eu vivi ali eu casei ali eu fui mãe, sou vó ali eu estudei, sem perder os valores. Os valores culturais, ambientais, social, econômico. Eu acho que o campo ele absorve essa concepção pra mim.

Contraposto a este movimento de entendimento e formação da identidade política e cultural do camponês, atua a contra força de cristalização de uma visão distorcida e fragmentada sobre o homem camponês. Tal fenômeno se agrega a ausência de políticas públicas que assegurem o acesso aos direitos dos povos do campo, entre eles insere-se a educação formal de qualidade social. Para Ribeiro (2010, p. 169)

Essa caracterização abstrata da realidade do camponês, ou melhor, definida a partir de interesses externos que antecipam os resultados esperados da educação rural que se irá oferecer, tem produzido tantos malefícios às populações rurais quanto o imobilismo do Estado com

referência à oferta de políticas sociais em resposta às demandas dos agricultores.

Dessa forma, a citação acima traz elementos de reflexões sobre o comodismo do Estado frente a uma concepção distorcida da vida do camponês. Entretanto a entrevistada contrapõe esta visão ao defender a ideia de que a vida no campo é uma riqueza.

Continuando a conversa, a mesma faz abordagens sobre o agronegócio e seus impactos a partir do contexto produtivo de sua comunidade. Sobre isto, destaca que sua localidade, em comparação com outras partes do Maranhão, vive, neste momento, baixo impacto da expansão do monocultivo. Sobre isto, relata:

Agora eu tô um pouco sem distinguir entre o que é o cultural nesse momento, porque dentro dele há aquele que o poder econômico é inserido e isso de uma forma bem maior, o campo onde eu moro não há o agronegócio como cana, o arroz alvo, algodão. Não existe grandes pecuarista, exploradores da floresta para plantio de capim, não existe uma cultura de acumulo de riqueza.

Dona Maria Alaíde destaca elementos significativos sobre suas concepções de campo conceituando-o a partir dos princípios do direito, cidadania, coletividade, produção cooperada e desenvolvimento social e sustentável. Elementos estes que estão distantes, muitas vezes, de uma realidade cultural sedimentada no espaço da *urbe*. Tal questão fica clara em definição abaixo da entrevistada,

campo pra mim é pra existir a partilha, é pra existir os direitos iguais na educação, na saúde, nas políticas públicas como um todo, na busca de direitos. Eu acho que o campo ele está recheado com essas oportunidades, com economia justa e solidária, levando em consideração o bioma que a gente mora, que é pra ser respeitado, é pra ser preservado, pra não ser atingindo com agrotóxicos eu acho que o campo me oferece esse valores que é pra ser respeitado e é a gente como pessoa humana, povo do campo que somos responsáveis muito embora muitos não assume isso como dever cristão, eu entendo que o campo é pra isso por que na cidade a gente não faz isso.

Nesse sentido, o campo se constitui como espaço de construção coletiva, envolvimento de todos (as) na preservação do meio ambiente, na valorização de suas raízes culturais e sempre estarem inseridos em movimentos que vem fortalecendo a luta, contrapondo ao modelo imposto pelo sistema dominante.

Neste contexto, Alaíde amplia esta compreensão relacionando com a convivência familiar cotidiana, destacando os laços construídos entre os sujeitos que residem e vivem em comunidade. Viver em comunidade no campo tem, assim, um sentido histórico que choca com os pilares do individualismo e isolamento apregoado pela sociabilidade burguesa, principalmente entre os citadinos. Enfatiza a vivência solidária e partilha de bens culturais e materiais no campo. Relata, assim, que:

a gente não planta no asfalto, a cidade tem uma outra concepção, um outro modo de vida, tem outras relações, essa coisa de você ter um vizinho e não conhece, você as vezes nem dá um bom dia, você anoitece e amanhece as vezes sem ver o marido, nem os filhos. E nós até não chegamos a esse ponto, mas na grande cidade existe muito a desnaturalidade do afetivo. No campo eu não tenho um carvão, eu posso pegar numa casa, eu não tenho um azeite eu posso pegar numa casa, eu não tenho um sal eu posso pegar, eu não tenho um sabão eu posso pegar numa casa e na cidade não é assim então assim talvez seja nesse aspecto. Eu ainda não estudei essa disciplina, profundamente sobre o campo, sei que alguns autores para confrontar com minha ideia, porque às vezes os autores eles te dão um suporte pra te terminar de ampliar o teu conceito ou então para confrontar com o deles.

As políticas públicas são princípios orientadores de ação do poder público, procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado no quadro das relações sociais de produção. O Estado, portanto, manifesta a hegemonia de classe (MARX & ENGELS, 1983). Neste contexto, sobre as políticas públicas a entrevistada relata que *são muito burocráticas para acessar, em relação à educação poucos têm acesso, por exemplo, PROCAMPO (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo) e PRONERA*–(Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). *Em relação à saúde falta de médicos, falta de transparência nas verbas públicas.*

O homem e a mulher do campo são sujeitos construtores de sua própria história, sujeitos coletivos com a identidade marcada pela luta incansável pela transformação da realidade social existente. Ao falar sobre a vida e o trabalho de um homem e mulher do campo e a intensidade e os impactos do êxodo rural dentro da comunidade, Dona Maria Alaíde destaca que:

eu não vejo como uma vida sofrida como muitos veem, porque o homem e a mulher... Nós temos autonomia de sair na hora que queremos e chegar na hora que queremos pro serviço. A gente não tem esse negócio de “rabo preso” com ninguém, dependência com

ninguém. A vida no campo te oferece oportunidade de pensar um projeto como desenvolvimento que você aprende na coisa saudável, é diferente como você ter um emprego e o patrão diz você vai fazer só isso. Então na minha roça⁴ eu faço o sistema que eu quero fazer... Agora, se olhar pra outras pessoas, por exemplo: eu tenho escutado muito, eu quero estudar pra sair dessa vida de juntar coco ou eu não vou estudar pra mim ir quebrar coco, eu não tenho isso comigo não eu já estudei até o magistério mas estou pronta pra quebrar coco, pronta pra fazer minha caeira⁵, eu não tenho isso comigo não, então é eu! Mas, assim não sei como o resto da sociedade ver isso eu to sentindo na pele a ausência dessa minha concepção no dia-a-dia no movimento.

A entrevistada compara, portanto, a concepção e lógica de labor e exploração entre a vida do trabalhador do campo e do trabalhador regido pelas normas da “figura do patrão”. Para ela, há um fetiche que é inculcado, muitas vezes, pelos meios de comunicação que têm influenciado nas mudanças de hábitos de algumas pessoas do campo e, principalmente, dos jovens que tem um importante papel nesse contexto, que é dar continuidade na caminhada de resistência ao modelo de desenvolvimento trazido pelas grandes empresas, que causa impactos sociais e econômicos irreversíveis nas comunidades.

Segundo ela, há uma relação entre o fetiche do consumo e o êxodo para o trabalho com agronegócio. Tal questão tem ocasionado uma debandada que acarreta sérios prejuízos à vida produtiva e cultural do grupo. Fato este que tem preocupado, sobremaneira, o movimento social a qual está vinculada.

Hoje a nossa luta é tentar segurar os filhos que estão, pra não ir pro agronegócio, é buscando forma nas organizações que a gente faz parte de segurarem aqui, ali outro caçula e aí é em função disso, bota uma roça, a roça não dá uma moto, um celular e lá eles ganham isso com mais facilidade em pouco tempo ganham a roupa, o celular com poucos meses compram uma moto, com poucos meses fazem uma casa....eu acho que tive o meu espírito de conformismo nesse sentido, eu só fiz essa casa aqui depois que deixei de ser vereadora, mas eu nunca avancei sendo vereadora para dizer : há com esse dinheiro vou fazer uma casa de tijolo, eu precisava da casa pra atender meu povo que vem do movimento social...

⁴“Roça nessa região se caracteriza pelo plantio de culturas anuais, principalmente do arroz, do feijão, milho e mandioca, mas em todo o roçado geralmente se encontram consorciado com as culturas principais, uma diversidade de outras culturas como maxixe, quiabo, melancia, abobora, melão, batata doce”. (Figueiredo, 2005 p.38)

⁵Caeira é um orifício artificial feito no solo pelos agricultores onde queimam o endocarpo do babaçu ou restos de madeira para produzirem o carvão.

Tal problemática permite o entendimento de que Reforma Agrária não é apenas conquistar a terra, mas ter crédito, moradia, assistência técnica, escola, atendimento à saúde e outras necessidades das famílias sem terras que deveriam ser supridas. Para Gonçalo (2001, p.58) “a Reforma Agrária é uma política necessária para o desenvolvimento econômico, social e democrático do País”. A forma que tem sido conduzida, contudo, permite certas distorções como a venda dos lotes e a descaracterização dos assentamentos. Em sua visão,

a Reforma Agrária está muito distante hoje da filosofia de quem não tem terra, nós já faz mais de 20 anos que conquistamos a terra, e no processo de luta pela terra perdemos muitos vizinhos mais pobre do que nós que não lutaram para não ficarem mal vistos. E hoje nós podemos dizer que Lago do Junco tem mais de 4 mil ha de terra conquistada no município, onde muitos já venderam, muitos já dividiram, encheram de pastos, de capim, tá acomodando as pessoas (Maria Alaíde).

Sobre isto, destaca a entrevistada no tocante a Reforma Agrária que no Brasil e Maranhão, um pequeno grupo tem posse da maioria das terras enquanto a maioria não possui um “pedaço de chão” para produzir e sustentar sua família. Esta realidade que permanece deve “alimentar” a luta e resistência dos camponeses frente a opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, o presente texto visa mostrar à importância do processo histórico das lutas camponesas, envolvendo as quebradeiras de coco babaçu do Médio Mearim desde a década de 1980 até os dias atuais, que buscavam a liberdade de exercer suas atividades campesinas e de ter acesso às políticas públicas envolvendo educação, saúde e lazer, valorizando a identidade de serem sujeitos que constroem sua própria história.

Sujeitos esses, que não fazem história de forma pacífica e sim através de lutas, enfrentamentos e pressões aos donos de terras, fato que contribui no processo de humanização e cooperação dos moradores que anseiam pela transformação da realidade em que vivem.

Como já mencionado, este trabalho pretendeu contribuir na socialização das problemáticas das questões agrárias existentes no campo maranhense, possibilitando um maior engajamento tanto das pesquisadoras quanto dos sujeitos que irão se apropriar das

informações contidas no mesmo. Nesse processo, reafirma-se, portanto, que se faz necessário a organização enquanto movimento que luta e resiste contra o sistema que gera desigualdade social, desvalorização da força de trabalho e a exploração do homem pelo homem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maristela de Paula (org). **Chacinas e massacres no campo**. São Luís. Mestrado em Políticas Públicas. UFMA, v.4,1997.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Empates nos babaçuais**: do espaço doméstico ao espaço público - lutas de *quebradeiras de coco babaçu* no Maranhão. Belém/PA. Mestrado em Agriculturas Familiares e desenvolvimento Sustentável: UFPA, 2005.

GONÇALO, José Evaldo. **Reforma Agrária como política social redistributiva**. Brasília: Editora Plano, 2001(Série Terceiro Milênio, 2).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____, e, ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas I, II e III. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação**: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão popular, 2010.